

# Folha Bancária

Sindicato dos Trabalhadores em Empresas do  
Ramo Financeiro de São Paulo, Osasco e Região

São Paulo  
abril de 2025  
número 6.291

**PRESSÃO  
NO CONGRESSO  
POR ISENÇÃO DO  
TRABALHO ATÉ 5 MIL**

O governo Lula apresentou ao Congresso, em 18 de março, o PL que garante isenção do Imposto de Renda para quem ganha até R\$ 5 mil e alíquotas menores de contribuição até a faixa salarial de R\$ 7 mil.

Se aprovada pelo Legislativo, a medida passaria a valer a partir de 2026 e beneficiaria, com isenção, mais 10 milhões de brasileiros (20 milhões no total, somando os já isentos). Assim, 9 em cada 10 brasileiros que pagam IR terão isenção total ou parcial.

**BENEFICIARÁ BANCÁRIOS** – 30% da categoria bancária (cerca de 54,3 mil bancários) também se beneficiaria, ficando isenta ou com descontos menores do IR.

“A medida do governo Lula resulta em mais dinheiro no bolso do trabalhador, favorece toda a sociedade, porque estimula a economia, pois teremos mais dinheiro circulando; e atende a uma das mais importantes e históricas reivindicações do Sindicato e da classe trabalhadora em geral: a promoção de justiça tributária, que significa que quem tem menos renda pague proporcionalmente menos imposto do que quem tem mais. Mas

para isso é preciso que nós bancários e demais cidadãos pressionem o Congresso para que aprove o PL do Executivo”, destaca a presidenta do Sindicato, Neiva Ribeiro.

Pressione deputados e senadores: vá às redes sociais dos parlamentares e fale sobre a importância de aprovar a medida e envie e-mail pedindo que ele/ela aprove o PL.

## COMO FUNCIONA

- Quem recebe até R\$ 5.000: isenção total (representa economia anual de R\$ 4.356,89)
- Quem recebe R\$ 5.500: isenção de 75% (economia anual de R\$ 3.367,68)
- Quem recebe R\$ 6.000: isenção de 50% (economia anual de R\$ 2.350,79)
- Quem recebe R\$ 6.500: isenção de 25% (economia anual de R\$ 1.333,90)
- Para quem ganha acima de R\$ 7.000: alíquotas progressivas de 7,5%, 15%, 22,5% e 27,5% permanecem congeladas.

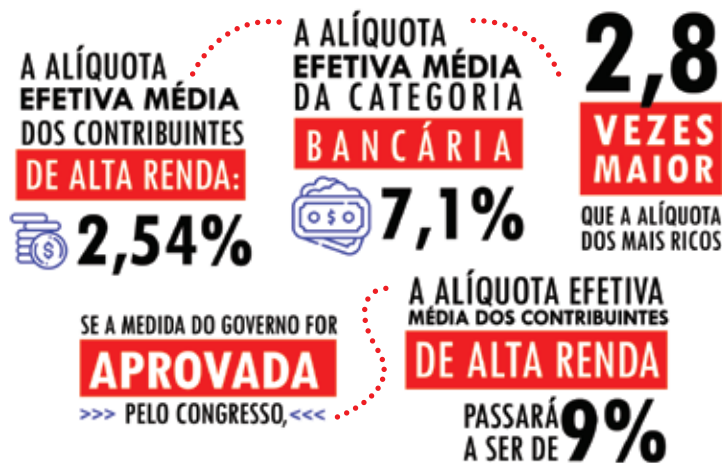
**QUEM TEM MAIS, PAGA MAIS** – Para compensar a perda de receita com a isenção, o PL prevê um imposto mínimo de até 10% para quem ganha mais de R\$ 50 mil por mês (R\$ 600 mil ao ano). Mas essa regra só vai afetar

0,06% da população e 0,13% dos contribuintes do país.

**CORREÇÕES NA TABELA** – A tabela do IR ficou congelada de 2015 a 2022, o que resultou em perdas para os trabalhadores. Isso mudou logo no 1º ano do governo Lula: em 2023, a faixa de isenção pulou para R\$ 2.640 (era R\$ 1.903,98); em 2024 foi para R\$ 2.824.

E o governo quer ampliar ainda mais o número de isentos já em 2025: para até R\$ 3.036 (2 salários-mínimos). Esta medida também depende da aprovação no Congresso.

## MEDIDA CORRIGE INJUSTIÇAS



## LUTA HISTÓRICA

Ato por tributação justa na Paulista, em 2012



Foto: Caetano Ribas

A reforma tributária, com adoção de um sistema progressivo de tributação, é uma bandeira histórica do movimento sindical bancário.

“A classe média, faixa que recebe entre 20 e 40 salários mínimos, é a que paga mais imposto de renda hoje no Brasil. Já quem recebe, por exemplo, acima de 70 salários-mínimos, praticamente não paga imposto. Para resolver essa injustiça queremos uma tributação progressiva, para que os mais ricos paguem proporcionalmente mais do que a classe trabalhadora”, reforça Neiva.

# CAMPANHA "QUEREMOS SAÚDE, CAIXA" CONTINUA AVANÇANDO

A Campanha "Queremos Saúde, Caixa", lançada em fevereiro pelo Sindicato e demais entidades representantes dos empregados, continua ganhando força.

A Campanha mobiliza os empregados a enviarem relatos dos problemas enfrentados para a administração do plano, por meio da [centralsaudecaixa.com.br/fale-conosco/](http://centralsaudecaixa.com.br/fale-conosco/); além disso, os usuários foram convidados a participar de um abaixo-assinado que contou com quase 24 mil assinaturas.

O abaixo-assinado foi entregue a vice-presidentes de Pessoas e de Rede, em reunião com dirigentes sindicais no dia 25 de março. No documento, os usuários do plano de saúde reivindicam, entre outras medidas, estrutura adequada para as Gipes, instalação dos Comitês Regionais de Credenciamento e Descredenciamento e a contenção dos aumentos das mensalidades do plano de saúde. Na ocasião, os vice-presidentes se comprometeram a analisar as reivindicações.

"A Campanha, que está sendo realizada pelo Sindicato, pela Fenae, Contraf-CUT e outras entidades sin-

dicais, pretende mostrar ao banco e a quem administra o plano que o pessoal da Caixa quer melhorias na rede de atendimento e uma solução para o aumento do percentual de custeio pelos trabalhadores, para que o Saúde Caixa mantenha sua qualidade, sua sustentabilidade e seus princípios de solidariedade, pacto intergeracional e mutualismo, que garantem que todos devem contribuir para o benefício de todos, sem levar em conta a idade", explica Luiza Hansen, dirigente do Sindicato e empregada da Caixa.



Abaixo-assinado entregue à Caixa

Foto: Fenae

## Fim do teto de 6,5%

Entre as mudanças necessárias para preservar a sustentabilidade do plano, a bancada de conselheiros eleitos pelos empregados para o Saúde Caixa defende o fim do teto estatutário, que limita a contribuição do banco em 6,5% de sua folha de pagamento, situação que contribui para o aumento das receitas.

"Hoje, o estatuto social da Caixa limita em 6,5% da folha de pagamentos os gastos do banco com a saúde de seus empregados. Este limite impede que a Caixa arque com os 70% dos custos do Saúde Caixa, conforme estipulado no Acordo Coletivo de Trabalho específico do plano. Com isso, a somatória das contribuições dos usuários está se aproximando dos 50% dos custos do Saúde Caixa e os valores das mensalidades dos usuários já estão muito altos", destaca o diretor executivo do Sindicato e conselheiro eleito, Chico Pugliesi.

"Também defendemos a implementação de ações de prevenção e promoção da saúde e de mecanismos de acompanhamento e controle da rede credenciada, medidas que consideramos importantes para conter as despesas sem prejudicar as coberturas e a qualidade de atendimento do plano. É fundamental também integrar o atendimento do Saúde Caixa às Gipes", acrescenta.

# IGUALDADE DE OPORTUNIDADES: BANCÁRIAS COBRAM AVANÇOS



As coordenadoras do Comando Neiva Ribeiro e Juvandia Moreira

Fotos: Willy Roberto e Seeb-SP

Na primeira mesa de Igualdade de Oportunidades do ano, em 31 de março, o Comando Nacional dos Bancários cobrou da Fenaban avanços na implementação de conquistas da Campanha 2024 e no cumprimento da Lei de Igualdade Salarial entre homens e mulheres. Também foram discutidos o programa "Mais Mulheres na TI" e os canais de combate à violência de gênero dos bancos, ambas conquistas da categoria.

"Foi uma reunião produtiva. É muito importante para nós discutir como que os bancos vão criar planos de ação para efetivamente diminuir a desigualdade salarial entre homens e mulheres, como colocar mais mulheres na área de TI. Reforçamos aqui nosso compromisso de trabalhar para efetivamente mudar os números do setor,

cobrando dos bancos as políticas afirmativas", destacou a presidenta do Sindicato e coordenadora do Comando dos Bancários, Neiva Ribeiro.

**Igualdade salarial** - Nos bancos, as mulheres recebem, em média, 19% menos que os homens. A categoria conquistou, na última Campanha, o compromisso dos bancos de alcançar a paridade de remuneração. A proposta é que as empresas acelerem o cumprimento da Lei de Igualdade Salarial, sancionada pelo presidente Lula em 2023.

**Mulheres na TI** - Foram apresentados dados do programa "Mais Mulheres na TI": do total de 3.100 bolsas para a capacitação de mulheres, mil já foram selecionadas pela PrograMaria e 118 pela Laboratória.

**Combate à violência** - A Fenaban informou que 84% dos bancos já disponibilizam canais de denúncia e acolhimento a mulheres vítimas de violência e outros 11% afirmaram que irão implementá-los ainda em 2025. O Comando destacou que vai continuar acompanhando para que esses canais dos bancos funcionem efetivamente. Leia mais no [bit.ly/mesaigualdade](http://bit.ly/mesaigualdade)



O tema da violência também foi debatido na 1ª rodada de Negociação Nacional sobre Assédio Moral, Sexual e Outras Formas de Violência no Trabalho Bancário, no dia 26 de fevereiro, entre o Comando dos Bancários e a Fenaban. O encontro foi um desdobramento da conquista de cláusulas sobre o tema, na última Campanha Nacional dos Bancários, em 2024. Os trabalhadores cobraram efetividade dos canais de denúncia e acolhimento. Leia no [bit.ly/violenciabancos](http://bit.ly/violenciabancos)



O Comando Nacional dos Bancários reuniu-se com a ministra das Mulheres, Cida Gonçalves, em Brasília, no dia 27 de março, para apresentar sua iniciativa pioneira conquistada na Campanha dos Bancários 2024: a realização de cursos, financiados pelos bancos, para capacitar mulheres em Tecnologia da Informação. O objetivo é fazer com que mais mulheres trabalhem na área. Leia mais no [bit.ly/Ministeriomulheres](http://bit.ly/Ministeriomulheres)

# C6 DÁ CALOTE DE 45 MILHÕES NA PLR DOS TRABALHADORES

Após anos de resultados negativos, o C6 Bank finalmente apresentou lucro em 2024. Mas o que seria uma ótima notícia para os funcionários, que pela primeira vez receberiam a PLR prevista na Convenção Coletiva de Trabalho (CCT), virou uma fonte de grande frustração e revolta para os trabalhadores, que tanto se dedicaram para o bom desempenho da empresa. O banco desrespeitou a CCT e não pagou a PLR ou pagou um valor menor do que o devido aos empregados.

Para isto, o C6 fez uma manobra desleal: criando um programa próprio de resultados interno, sem qualquer

participação do Sindicato. O banco desconsiderou, assim, o que estava previsto na CCT e ignorou a obrigação do pagamento da PLR. Ou seja, o C6 criou uma regra própria que garante um pagamento que nem sequer é o valor correspondente à PLR da Convenção dos bancários.

“O C6 deixou de pagar R\$ 45 milhões de PLR, devidos aos trabalhadores. Esperamos que o banco reveja seu posicionamento e pague corretamente o que deve. O Sindicato solicitou a intermediação da Fenaban em uma nova reunião com o banco para tentar solucionar



Sindicato protesta na sede do C6 Bank

Foto: Seeb-SP

a questão de forma negocial, antes de tomar as medidas legais. A mobilização dos bancários do C6 é fundamental para solucionar essa questão e qualquer retaliação deve ser denunciada ao Sindicato. Só a luta nos garante!”, diz Neiva Ribeiro, presidenta do Sindicato.

DIVISÃO ESTABELECIDADA PELO C6 BANCO SEM AVAL DO SINDICATO		
Grupo Específico	Simulação	
Assistentes, Atendentes, Solution Partners, cargos comerciais das áreas de Veículos e Home Equity e Operadores de Atendimento	<b>Salário</b>	<b>PPR 2023</b>
	R\$ 5.000,00	R\$ 1.900,00
	Obs.: Para PPR foi considerado valor do piso negociado em 2023	
<b>Demais Trabalhadores</b>	<b>Simulação</b>	
Inclui analistas, coordenadores e carbon partners	<b>Salário</b>	<b>PPR 2023</b>
	R\$ 10.000,00	R\$ 15.000,00
	Obs.: Para PPR foi considerado valor médio recebido por trabalhadores ouvidos pelo Sindicato	

Como o sindicato gostaria de negociar	
PLR CCT- Parcela Adicional	R\$ 6.932,28
PLR CCT- Regra Básica	R\$ 11.000,00
PPR - Programa de Metas	R\$ 1.900,00
<b>Total</b>	<b>R\$ 19.832,28</b>
PLR CCT- Parcela Adicional	R\$ 6.932,28
PLR CCT- Regra Básica	R\$ 22.000,00
PPR - Programa de Metas	R\$ 15.000,00
<b>Total</b>	<b>R\$ 43.932,28</b>

Prática do C6	
PLR CCT- Parcela Adicional	R\$ 6.932,28
PLR CCT- Regra Básica	EXCLUÍDOS
PPR - Programa de Metas	R\$ 950,00
<b>Total</b>	<b>R\$ 7.882,28</b>
PLR CCT- Parcela Adicional	R\$ 6.932,28
PLR CCT- Regra Básica	COMPENSAÇÃO
PPR - Programa de Metas	R\$ 33.000,00
<b>Total</b>	<b>R\$ 39.932,28</b>

PERDA DOS TRABALHADORES
<b>R\$ 11.950,00</b>
<b>R\$ 4.000,00</b>

## Sindicato na luta pelos direitos dos trabalhadores

Desde que os bancários relataram o problema, o Sindicato tomou uma série de providências, entre elas reunião com o banco, protestos, plenária com os bancários e ofício à Fenaban. Confira a cronologia dos fatos:

**26/9:** Sindicato anuncia que o C6 teve lucro e disponibiliza calculadora da PLR aos bancários;

**30/9:** na data do crédito da PLR, bancários descobrem que receberam menos que o devido e denunciam ao Sindicato, que imediatamente cobra explicações ao banco;

**3/10:** em mesa com o Sindicato, C6 enrola e tenta justificar o indefensável;

**27/11:** Sindicato protesta em frente ao C6;

**06/03:** em nova reunião com o banco, fica acertado que o Sindicato participará do acordo de PPR do exercício de 2025;

**08/03:** diante da intransigência do C6, Sindicato anuncia que tomará as medidas cabíveis;

**14/03:** Sindicato envia ofício à Fenaban pedindo que interceda em uma nova negociação;

**25/03:** é realizada plenária virtual com os empregados, que demonstram sua insatisfação e revolta.

Leia mais sobre todas as etapas no [spbancarios.com.br/c6-bank](http://spbancarios.com.br/c6-bank)

## CONHEÇA A REGRA DA PLR

A PLR dos bancários é composta de regra básica e parcela adicional.

A regra básica corresponde a 90% do salário-base do empregado, mais verbas fixas e um valor fixo de R\$ 3.343,04, com teto individual de R\$ 17.933,79, sendo estabelecido que os bancos têm de distribuir um percentual mínimo de 5% de seus lucros.

Se o total pago pelo banco como regra básica for inferior a 5% de seu lucro, os valores individuais de PLR deverão ser majorados até alcançar 2,2 salários do empregado ou os 5% do lucro, o que ocorrer primeiro.

Já a parcela adicional é a distribuição linear (ou seja, em valores iguais para todos os empregados elegíveis) de 2,2% do lucro líquido do exercício, até o limite individual de R\$ 6.942,28.

# VITÓRIA DA CHAPA 1 NA FUNDAÇÃO ITAÚ-UNIBANCO

Com o apoio do Sindicato, a Chapa 1 – “O futuro é hoje” venceu as eleições para a Fundação Itaú-Unibanco. No pleito, divulgado em 24 de março, bancários ativos e assistidos escolheram seus representantes para os conselhos Deliberativo, Fiscal e Comitês de Planos, abrangendo participantes ativos, autopatrocinados, optantes pelo BPD (Benefício Proporcional Deferido (BPD) e aqueles em fase de opção.

“Tivemos uma eleição conturbada, uma vez que o acesso aos participantes foi negado. Foi necessário buscar os participantes nos locais de trabalho para apresentarmos as propostas. A Fundação Itaú-Unibanco é um patrimônio dos bancários do Itaú e temos que preservar o nosso capital, fiscalizar e acompanhar todos os movimentos da diretoria. Também por isso, o movimento sindical reivindica o ingresso de representantes dos trabalhadores também na diretoria. Mesmo com todas as dificuldades para a realização da campanha, a Chapa 1, apoiada pelo Sindicato, saiu vitoriosa graças a confiança dos trabalhadores”, diz a diretora executiva do Sindicato e bancária do Itaú, Valeska Pincovai.

“Nós, da Chapa 1, agradecemos a confiança depositada para continuarmos representando os participantes dos fundos de pensão da Fundação. Nosso compromisso sempre será com o cuidado do nosso patrimônio com responsabilidade e clareza”, destaca a conselheira deliberativa eleita, Erica Godoy, dirigente do Sindicato.



## Candidatos eleitos para o mandato 2025/2029:

### Conselho Deliberativo (ativos)

Erica Godoy (titular)  
Carlos Damarindo (titular)  
Suzilaine Pimentel Carreira (suplente)  
Marcelo Abrahão (suplente)

### Conselho Fiscal (ativos)

Onisio Paulo Machado (titular)  
Liliane Kely de Oliveira Barbosa de Carvalho (titular)  
Antonio Augusto Borges de Borges (suplente)  
Adriano Campos Rodrigues (suplente)

### Comitês de Planos (ativos) 002 e ACMV (ativos)

Antônio Guimarães de Oliveira –  
Magaiver (titular)

### PAC e Prebeg (ativos)

José Geraldo Martins (titular)

### Itaubanco CD, Futuro Inteligente, Itaubank e Previdência Redecard (ativos)

Marco Antonio Pereira (suplente)

### BD Itaucard, CV Itaucard, Principal Itaú Unibanco, Suplementar Itaú Unibanco, Itaulam Básico e Itaulam Suplementar (ativos)

Denia Cristina de Jesus Faria Almeida (titular)

### Itaubanco CD, Futuro Inteligente, Itaubank e Previdência Redecard (assistidos)

Clarice Torquato Gomes da Silva (suplente)

## DEMISSÕES POR REESTRUTURAÇÃO GERAM REVOLTA NO BRADESCO

O Bradesco teve lucro líquido recorrente de R\$ 19,6 bilhões em 2024, um crescimento de 20% em relação a 2023. Mesmo assim, o banco extinguiu de 2.200 postos de trabalho em doze meses e continua demitindo. Em março, a onda de demissões ocorreu em departamentos do banco como Investimento AOC, ON e DITI e também na Vila Leopoldina, onde relatos de bancários apontam para pelo menos 300 desligamentos.

“Não existe qualquer justificativa cabível para um banco como o Bradesco, cujo lucro em 2024 foi 20% maior do que o do ano anterior, realizar tantas demissões. Cobramos do banco que interrompa essa onda de demissões nos departamentos e que de fato tenha a responsabilidade social pertinente a uma empresa que opera como concessão pública”, critica Márcio Rodrigues, dirigente do Sindicato e bancário do Bradesco.

Diante das demissões em massa, o Sindicato realizou dois protestos no Núcleo Vila Leopoldina, nos dias 19 e 31 de março, e vai continuar realizando manifestações.

O Sindicato segue insistindo para que o Bradesco negocie e, dessa forma, ponha fim ao clima de

medo instaurado no banco.

“Além do aumento do lucro, o balanço do Bradesco em 2024 mostra que a base de clientes do banco cresceu em 3,2 milhões em relação a dezembro de 2023, totalizando 109,1 milhões. Em 2023, o banco tinha 1.227,6 clientes por trabalhador, mas essa relação aumentou para 1.298,6 clientes por trabalhador em 2024, ou seja, mais 71 clientes por trabalhador. Esta relação comprova a sobrecarga de trabalho a que estão submetidos os bancários do Bradesco e torna ainda mais injustificável a onda de demissões”, acrescenta Márcio.

O Sindicato pede que as bancárias e bancários do Bradesco continuem denunciando as demissões, sobrecarga, assédio moral ou quaisquer outros pro-



Protesto do Sindicato no Núcleo Vila Leopoldina

blemas no banco, pelo 3188-5200 ou 97232-1647 (whatsapp) ou ainda pelo Canal de Denúncias do Sindicato ([spbancarios.com.br/canal-de-denuncias](http://spbancarios.com.br/canal-de-denuncias)). O sigilo é garantido

### CCV DO BRADESCO TEM INÍCIO

As mesas da CCV (Comissão de Conciliação Voluntária) do Bradesco tiveram início na quinta 27 de março. A CCV é um fórum extrajudicial que reúne o trabalhador com algum questionamento trabalhista ou de natureza indenizatória trabalhista, representantes do Sindicato e do banco, buscando entendimentos para eventual acordo sem a necessidade de o trabalhador ingressar com ação judicial. Tire dúvidas e saiba como participar no [bit.ly/CCVBradesco](http://bit.ly/CCVBradesco).